



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

CÂMARA MUNICIPAL

**N.º 17**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA**

**EM 4 DE AGOSTO DE 2021**

# ÍNDICE

<b>PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....</b>	<b>3</b>
<b>ORDEM DO DIA .....</b>	<b>14</b>
<b>1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA .....</b>	<b>14</b>
<b>2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES .....</b>	<b>14</b>
<b>3. APROVAÇÃO DE ATAS .....</b>	<b>15</b>
<b>ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2021 .....</b>	<b>15</b>
<b>ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2021 .....</b>	<b>15</b>
<b>ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2021 .....</b>	<b>15</b>
<b>4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1 ASSINATURA DO PACTO LOCAL PARA A EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO JOVEM15</b>	
<b>5. APOIOS FINANCEIROS.....</b>	<b>17</b>
<b>6. INFORMAÇÕES .....</b>	<b>22</b>
<b>PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE.....</b>	<b>22</b>
<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>23</b>

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e na Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente apresentou o relatório epidemiológico, à data da presente reunião, distribuído pelos seguintes dados: 1705 casos de infeção, 35 casos acumulados (nos últimos 14 dias), 176 casos por incidência cumulativa (nos últimos 14 dias, por 100 mil habitantes), 1646 casos recuperados e 24 óbitos (registando mais um caso em relação à reunião anterior).

No que diz respeito ao Centro de Vacinação, o senhor presidente informou que o total de vacinas foi distribuído da seguinte forma: 13.493 referentes à primeira inoculação (estando incluídos os utentes com uma toma única) e 10.597 referentes à segunda inoculação, perfazendo o total de 24.090 vacinas. Comparativamente com os dados apresentados na última reunião, existe um acréscimo de 2.644 doses.

No âmbito do protocolo estabelecido com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, informou, ainda, que já foram transportados para o Centro de Vacinação 348 utentes.

O senhor presidente concluiu a temática com a seguinte afirmação: “a campanha de vacinação em curso dá-nos confiança. Nós estamos muito acima daquilo que é a

média nacional”, na medida em que o Município contempla a vacinação de mais de 72% da sua população, tendo em vista um combate eficaz contra o vírus COVID-19.

No entanto, salientou, igualmente, que todas as medidas adotadas desde o início, pelo Município, com o propósito de proteger a população, tanto no plano individual e familiar, como no plano social (através de medidas de proteção do emprego, dos rendimentos e das instituições) tiveram um papel inquestionavelmente determinante nos resultados em análise, que são “naturalmente positivos”, conforme assumiu.

O senhor presidente referiu, adicionalmente, alguns dados referentes ao mundo empresarial, de que são exemplo o aumento das exportações de bens, ainda no ano de 2020, e a regressão da taxa de desemprego, num total de 6,9%, estando Alcochete no 3º melhor lugar do ranking nacional, abaixo da média nacional com o valor de 5,3%.

Em curso, encontra-se o Plano de Recuperação e de Resiliência (PRR), assim como o Plano PT2030, os quais congregam uma “oportunidade quase histórica para responder àquilo que são os desafios do futuro, nomeadamente a demografia, as alterações climáticas, as desigualdades, as qualificações e a inovação, como motores do desenvolvimento”, conforme enumerou. Porém, a esta lista associam-se a habitação social, mas também as medidas destinadas a preços mais acessíveis nas casas.

No que se refere a Alcochete, nomeadamente quanto ao seu tecido empresarial, o senhor presidente sublinhou que em 2020 foram constituídas 62 novas empresas e que, por outro lado, encerraram 16. Atualmente, existem 983 empresas ativas.

Através de dados preliminares do programa Censos 2021, afirma-se um decréscimo populacional de 2% na última década, com apenas 51 dos municípios portugueses a revelarem um aumento populacional. Alcochete encontra-se no 4º lugar desta lista, com um crescimento de 9%, face os dados do Censos 2011, subindo de 17.569 habitantes para 19.148 habitantes. O senhor presidente não considerou este crescimento uma surpresa, mas julgava situar-se num valor superior.

O senhor presidente terminou a intervenção, fazendo referência à questão do alojamento. Sendo assim, revelou que Alcochete apresenta, em comparação com os dados de 2011, uma variação percentual de 3,9%, num total de 9.174 unidades. Quanto aos edifícios, existe um aumento meramente residual de 0,5%, o qual se traduz num total de 4.597 registos.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares fez uma intervenção, no sentido de informar que no passado dia 28 de julho tomaram posse os novos membros da Direção e do Conselho Fiscal da Fundação João Gonçalves Júnior. Assim, a cargo da Direção ficaram designados a própria, na qualidade de presidente, a senhora Raquel Alcobia, como secretária, a senhora Carla Fernandes, como tesoureira, o senhor João Pedro Gomes, como 1º vogal e a senhora Natacha Patinha, como 2º vogal. Relativamente ao Conselho Fiscal, foi eleito o senhor Alexandre Gonçalves para o cargo de presidente, a senhora Andreia Sousa, como secretária, e o senhor Ricardo Loureiro, como 1º vogal.

A senhora vereadora esclareceu, adicionalmente, que destes dois órgãos serão selecionados os membros para a Administração, divididos da seguinte forma: João Pedro Gomes, da Direção, Ricardo Loureiro e Andreia Sousa, do Conselho Fiscal. Posteriormente, serão definidos os cargos individuais.

O senhor vereador Vasco Pinto fez uma intervenção, no sentido de adicionar informação à intervenção da senhora vereadora Maria de Fátima Soares. Sendo assim, revelou satisfação pela integração do senhor Dr. João Pedro Gomes na Direção, na medida em que é familiar da fundadora da citada instituição. Desejou, igualmente, aos novos órgãos a execução de um excelente trabalho “pois, efetivamente, a Fundação João Gonçalves Júnior tem uma preponderância social muito grande no nosso concelho”, conforme concluiu.

O senhor presidente fez uma intervenção, reiterando os votos de sucesso afirmados pelo senhor vereador Vasco Pinto, revelando, em simultâneo, que acredita ser um sentimento partilhado por todos.

O senhor vereador Jorge Giro fez uma intervenção, apresentando algumas questões, estabelecendo um breve “parêntesis” à temática da Fundação, a qual não está a atravessar o seu melhor período, segundo o próprio referiu, tanto no campo financeiro, como a nível de pessoal, com a saída de algumas educadoras de infância.

Saudou também a inclusão do Dr. João Pedro Gomes, na expectativa de o mesmo trazer “boas e novas ideias e muitos anos de vida, de boa vida, para a Fundação”, conforme salientou.

Referiu, ainda, a questão da salicultura, com as Salinas de Alcochete ainda inativas, apesar do arrendamento em curso, para as quais se aguarda uma resolução em breve.

De seguida, na sequência dos requerimentos apresentados anteriormente pela CDU, referentes às diversas candidaturas desde 2013 a 2017, o senhor vereador reforçou a necessidade de resposta aos mesmos, antes do final do presente mandato.

No que diz respeito à Escola Básica do Monte Novo, ainda em fase de obras, informou que existem alguns obstáculos na zona do recreio, os quais modificaram o espaço disponível para as crianças brincarem. Neste sentido, questionou quanto à área existente anteriormente e quanto à área utilizada atualmente, de forma a ser compreendida a extensão real da alteração.

O senhor vereador solicitou, igualmente, no âmbito dos emails rececionados da parte da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete e do Vulcanense Futebol Clube uma resposta aos pedidos de apoio financeiro.

Em relação à primeira, foi declarado um compromisso verbal de apoio, da parte do executivo, segundo a reunião de 13 de novembro de 2020, o qual ainda não foi concretizado, situação incompreendida pela CDU, face todos os apoios que têm vindo a ser distribuídos a outras entidades. O apoio em causa destina-se à substituição da canalização do edifício e a uma reparação elétrica.

Em comparação com um apoio prestado anteriormente ao CENSA, visando uma nova construção, o senhor vereador reiterou a posição de incompreensão perante a situação da Santa Casa, na perspetiva de salvaguardar o conforto dos seus utentes e de o apoio ficar disponível no presente mandato.

No que diz respeito ao Vulcanense, o apoio destina-se a uma reparação do telhado, o qual apresenta-se bastante degradado e, possivelmente, em vias de ruir. Face o exposto, o senhor vereador reforçou o pedido de esclarecimento, com base nas premissas anteriores.

O senhor presidente elucidou o senhor vereador, referindo primeiramente a questão dos requerimentos, os quais não estão esquecidos e serão respondidos nos próximos dias. Houve um atraso na resposta, pois existem algumas funcionárias do serviço em período de férias.

No que diz respeito à Escola do Monte Novo, o senhor presidente referiu não ter a informação pretendida naquele momento, mas afirmou que será, naturalmente, uma área mais reduzida, em especial pela substituição dos contentores por um refeitório criado de raiz. Face o exposto, salientou que o que importa considerar nesta temática é o facto de as crianças terem ganho uma maior qualidade nas condições fornecidas pela escola e não o espaço que foi perdido, o qual não é significativo.

A obra de requalificação da escola encontra-se em fase de conclusão e ascendeu a cerca de 700 mil euros, paralelamente a todos os investimentos realizados no parque escolar do concelho, num total de mais de 6 milhões de euros. A Escola do Monte Novo é um exemplo perfeito de uma concretização bem-sucedida por parte da autarquia, pois o espaço existente já tem a sua limitação própria. No entanto, a autarquia tornou possível uma melhoria visível e acentuada, para todos os seus utilizadores, tanto alunos, como funcionários, englobando a zona de jardim em redor.

Relativamente aos emails citados, no âmbito dos apoios solicitados, o senhor presidente elucidou o senhor vereador Jorge Giro, recordando o período anterior à

pandemia, assim como o papel relevante, embora distinto, de cada uma das quatro IPPS's que pertencem ao concelho, de forma a enquadrar a situação. Assim, assumiu que os parâmetros de apoio foram obviamente diferenciados, assentes na ideia-base da requalificação de infraestruturas centrais e estruturais dos edifícios.

Nesse mesmo período, a IPSS CERCIMA foi a primeira a declarar à autarquia a sua necessidade de apoio, perante o qual a autarquia disponibilizou 100 mil euros para a criação de um novo espaço, mediante uma candidatura, os quais seriam divididos em 2 anos. No entanto, o senhor presidente assegurou que o processo ainda não se desenvolveu em termos práticos, pois a instituição ainda não formalizou a necessidade daquela verba.

De seguida, foi o CENSA que, ao abrigo do projeto Pares 3, estendido até 2023, solicitou apoio com o objetivo de alterar os seus espaços, tendo sido atribuído um apoio de 150 mil euros, distribuído em 3 anos, iniciando-se em 2021. O senhor presidente esclareceu que a repartição de encargos assenta na cronologia do projeto, conforme está acordado no protocolo.

O senhor presidente garantiu, igualmente, que o Município não “voltou as costas” a nenhuma IPSS, tendo estipulado um apoio de 150 mil euros para a Fundação e 150 mil euros para a Santa Casa da Misericórdia, as quais solicitaram pedidos de apoio em simultâneo. Adicionalmente, foram distribuídos equipamentos de proteção individual tanto na Santa Casa, como noutras entidades, tendo-se situado o apoio para a Santa Casa acima dos 3 mil euros.

Após a reunião tida em novembro, o executivo compreendeu que o apoio solicitado não entraria nos orçamentos, mas seria implementado nos valores do saldo de gerência, o qual acontece com a aprovação do *Relatório e Contas*, no final de abril. No entanto, visto que o orçamento sofreu um abalo, pois o saldo de gerência estimado de 8 milhões passou para 5 milhões, a autarquia ficou impossibilitada de prestar o apoio. O défice de 3 milhões forçou a autarquia a proceder a cortes, sem possibilidade de interferir nas obras referentes aos fundos comunitários.



Com o valor de receita do IMI existia, ainda, uma expectativa de conseguir honrar o compromisso, o que atrasou a resposta do senhor presidente, dada apenas em junho e não em abril. No entanto, tal solução revelou-se, igualmente, impossível, devido à redução aplicada à referida taxa.

O senhor presidente esclareceu, ainda, que o email apresentado não incluía a resposta fornecida pelo próprio a 30 de junho deste ano, pelas 18:30, na qual assumia disponibilidade total no ano de 2022, com um apoio integral, apesar de correr o risco de acontecer fora do presente mandato, primando por uma transparência absoluta das contas da autarquia.

Além desta questão, a obra da Santa Casa não pode ser apoiada em diversas fases, como aconteceu com as outras instituições, dada a natureza da obra, o que decididamente complicou o processo. Neste âmbito, o senhor presidente recordou o apoio de tesouraria dado anteriormente às IPSS's por iniciativa da autarquia, um apoio que também beneficiou a Santa Casa.

O senhor vereador Pedro Louro fez uma intervenção, sugerindo a elaboração de um registo com as tomas detalhadas das vacinas pelos municípios de Alcochete.

Em relação aos Censos, salientou que o número de mais de 2 mil habitantes esperados não se concretizou, mas espera que tal dado não interfira na aprovação da escola pelo Governo, assim como na requalificação da Escola D. Manuel I.

Por fim, afirmou que quanto aos emails em questão, caberá ao senhor presidente a análise da situação, consoante a natureza de cada uma, reforçando a importância dos apoios estruturais e salientando o papel da Santa Casa da Misericórdia no próprio concelho. Questionou, também, se deveria ficar imediatamente registada uma intenção de concretização do apoio, com a aprovação imediata dos vereadores presentes, ficando por preencher a aprovação do futuro presidente, de forma a facilitar o processo.

Neste âmbito, assumiu, igualmente, a necessidade da criação de uma unidade de cuidados continuados na Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, paralelamente à necessidade de uma reestruturação profunda no quartel de bombeiros de Alcochete, a par da requalificação da Escola D. Manuel I.

Quanto ao email da parte do Vulcanense, revelou profunda preocupação em relação ao estado em que se encontra o edifício, apresentando aquele uma degradação mais antiga e, face ao exposto, considerou-o um caso de proteção civil. Questionou, em simultâneo, se os serviços técnicos da autarquia já fizeram um levantamento da questão após a receção do email, recordando a entrega de uma verba recente para pinturas do edifício, sem ter sido contemplada a segurança do espaço.

Segundo o senhor vereador afirmou, ao terminar a sua intervenção, as instituições devem ter condições para continuar a sua atividade sem o apoio do município, no sentido de primar pela sua autonomia, mas o município deverá apoiar aquelas dentro dos possíveis. Neste âmbito, deverá apoiar no campo da proteção civil, englobando a criação de portas de segurança e de saídas de emergência.

O senhor presidente esclareceu o senhor vereador Pedro Louro, iniciando a intervenção com a temática das vacinas e do seu registo. Segundo o próprio, a entidade de saúde responsável não deverá conseguir executar convenientemente o registo detalhado sugerido, mas tal questão será verificada posteriormente. No entanto, assegurou que o relatório epidemiológico inclui informação bastante pormenorizada quanto às primeiras e segundas tomas da vacina, assim como quanto à administração das vacinas Janssen.

No que se refere ao Vulcanense, garantiu que a senhora vereadora tem vindo a acompanhar o assunto e fornecerá dados mais detalhados para a análise da questão.

No âmbito dos apoios financeiros, o senhor presidente esclareceu que a decisão não parte primordialmente da sua pessoa, pois encontra-se sujeita à disponibilidade financeira existente, não sendo possível atualmente, conforme elucidou

anteriormente. Em relação à unidade de cuidados continuados, assumiu ser uma proposta relevante e pertinente, a qual já foi transmitida à própria instituição.

O apoio em causa, para a Santa Casa, poderá ser concretizado, se for esta a intenção da instituição, após celebração de um protocolo específico, programado para 2022, apesar da data situar-se fora do presente mandato, ficando o valor automaticamente cabimentado.

A senhora vereadora Maria de Fátima fez uma intervenção e esclareceu quanto à temática da Escola do Monte Novo, assegurando que o espaço exterior se encontra mais organizado e que a preocupação com o recreio não faz qualquer sentido. Salientou, adicionalmente, que haverá menos uma turma e que o refeitório é essencial, permitindo mais qualidade e um maior conforto.

Revelou também que não rececionou qualquer reclamação por parte dos pais ou dos trabalhadores, razão pela qual não compreendeu a situação em debate. Recordou, de seguida, que existiu um projeto para mais turmas, no passado, com o anterior executivo.

No que diz respeito ao Vulcanense, a senhora vereadora informou que existe forma de dar apoio, na medida em que a programação do Movimento Associativo prevê alguma margem de manobra. Existem, de facto, muitas associações com as sedes a necessitarem de algumas intervenções.

No entanto, não compreendeu a circulação dos emails em debate, de uma forma generalizada, pois considerou haver uma proximidade suficiente entre si e as associações, permitindo a resolução breve e eficaz destas questões. No final de 2020, a autarquia apoiou o Clube Vulcanense com 2.500 euros, para obras de pintura e requalificação das arcadas.

Após o contacto recente do Vulcanense, foi agendada uma reunião para setembro. O pedido do clube de 21 de junho solicitava o apoio para a reparação do telhado, na ordem dos 100%, mas o compromisso ainda não foi assumido com uma data definida.

O problema no telhado do Vulcanense é uma situação recente para a autarquia e para o Clube, pelo que a autarquia vai tentar resolvê-lo com a maior celeridade.

A senhora vereadora lembrou, ainda, a existência de um acordo entre a autarquia e o clube, no ano letivo de 2019/2020, com o propósito de ser utilizado o espaço daquele como refeitório escolar provisório. Apesar da interrupção pela pandemia, a autarquia pagou sempre o valor mensal estipulado no contrato, o qual cessou apenas quando surgiu a opção do Monte Novo.

A autarquia recebeu muitos pedidos de apoio das associações, entre as quais da Sede do Futebol Clube S. Francisco, da Associação Alcochete *Aktivo*, da ADS, da Sociedade Recreativa de S. Francisco, mas é necessário estipular prioridades. A valorização do papel de cada associação é inquestionável e nunca ficará em causa.

A senhora vereadora esclareceu que os valores destes apoios não têm uma rubrica disponível, na medida em que não estão incluídos em orçamento, pelo que no total existe um universo de 60 associações que são ajudadas quando é possível.

Por fim, terminou a intervenção com a informação de que os serviços já estiveram no local e que está a ser reestruturado o processo de ajuda, criticando novamente este tipo de abordagem, através de um email geral, voltando a reiterar que existe abertura suficiente para resolver o assunto de outra forma.

O senhor presidente fez uma intervenção, salientando que entre 2018 e 2021, o apoio recebido pelo clube foi de mais de 12.480 mil euros, com o valor das rendas incluídas (na ordem dos 580 euros mensais).

O senhor vereador Jorge Giro reforçou a sua intervenção anterior, dando conhecimento de algumas queixas que rececionou diretamente, por parte de alguns pais dos alunos da Escola do Monte Novo, na medida em que existem muitos obstáculos no chão, os quais obrigam as crianças a irem para o campo de jogos.

No que diz respeito ao Clube Vulcanense, garantiu que a CDU fez sempre chegar à autarquia as interpelações das associações e que é bastante preocupante a situação do telhado, pelo que considerou normal o pedido de ajuda apresentado. A autarquia tem dado grande ajuda a todas as associações e esta reparação deveria ser realizada antes da época das chuvas.

No que diz respeito à Santa Casa da Misericórdia, garantiu que a CDU não vai assumir responsabilidades para 2022, portanto não concorda com um compromisso, nem com a responsabilidade do senhor presidente quanto a este.

Sugeriu, de seguida, que o valor de 150 mil euros poderia ser trocado: 50 mil em 2021 e 100 mil em 2022, de forma à instituição não ficar para trás, até porque o compromisso assumido a 13 de novembro de 2020, pelo senhor presidente, ficou pendente.

Salientou, ainda, que a CDU declara sempre a abstenção perante os orçamentos por aqueles serem opções do presente executivo. Neste caso, apresentou a solução de retirar o valor de outras opções, de que é exemplo a deservagem, pois o IMI não era, de facto, uma opção fiável. Face o exposto, espera que o cenário mude ainda neste mandato, porque a situação da Santa Casa é grave e não crê ser possível dar um apoio de 50 mil euros para remediar a situação da canalização.

O senhor vereador Pedro Louro esclareceu a sua anterior intervenção, quanto à afirmação de ser decisão do senhor presidente, pois nunca foi condicionado pelo próprio nas propostas apresentadas.

Quanto aos emails em causa, questionou se existe uma avaliação da Proteção Civil, no caso do Vulcanense, pois o telhado está em risco de desabar e, no caso da Santa Casa, informou que a informação não contém o valor solicitado, nem o detalhe dos problemas elencados na presente reunião.

O senhor presidente informou que, face a outras associações com edifícios a necessitarem de reparações urgentes, não vai acontecer apoio na Santa Casa tão

cedo e que o valor de 50 mil também não faz sentido (através de uma troca de valores). É possível atribuir os 150 mil euros, com repartição de encargos.

Lamentou profundamente o problema com a canalização e afirmou que respeita o voto de confiança das pessoas para resolver as questões, mas a autarquia não tem disponibilidade financeira para um apoio imediato.

Quanto ao Vulcanense, recebeu o email apenas hoje e informou que a autarquia pode disponibilizar uma equipa técnica para fazer uma vistoria. As arcadas foram intervencionadas em 2020 e foi um assunto decidido com alguma celeridade.

O senhor presidente terminou o Período de Antes da Ordem do Dia, com a informação de que retirava o ponto 4.1. da Ordem do Dia, por incluir uma repartição de encargos com o ano de 2022, renumerando-se assim o ponto seguinte.

## **ORDEM DO DIA**

### **1. Resumo diário da tesouraria**

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de € 5.451 222,71 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e vinte e dois euros e setenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

### **2. Pagamentos autorizados entre reuniões**

O senhor presidente informou que, entre os dias 21/07/2021 e 03/08/2021 autorizou o pagamento da despesa, no montante de € 323 222,21 (trezentos e vinte e três mil

duzentos e vinte e dois euros e vinte e um cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 2512 ao n.º 2686.

A Câmara tomou conhecimento.

### **3. Aprovação de atas**

#### **Ata da reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2021**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

#### **Ata da reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2021**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

#### **Ata da reunião ordinária realizada no dia 12 de maio de 2021**

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

### **4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:**

#### **4.1 Assinatura do Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem surge com a ambição de reunir o maior número de municípios portugueses, comprometidos

voluntariamente na resposta à anunciada crise financeira e a consequente elevada taxa de desemprego dos jovens, provocada pelo Covid-19.

Os principais objetivos do Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem são:

- Reduzir o desemprego jovem;
- Promover a qualificação dos jovens;
- Facilitar o acesso a informação;
- Reforçar a cooperação dos municípios;
- Capacitar técnicos municipais.

Com a assinatura do Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo (Anexo) o Município de Alcochete compromete-se a apoiar a implementação de medidas e ações de apoio à empregabilidade e empreendedorismo jovem e a adotar uma abordagem conjunta para a mitigação e a adaptação às alterações económicas e sociais pós-covid-19.

O Município compromete-se ainda a disponibilizar informação periodicamente aos jovens e empresários, com as oportunidades e medidas de apoio à empregabilidade e empreendedorismo jovem, bem como a promover a participação dos jovens e dos seus técnicos, em ações de formação, seminários, “bootcamps”, e outras ações que permitam adquirir novas competências, essenciais para gerar novas oportunidades para a empregabilidade e empreendedorismo jovem e ainda a implementar metodologias de apoio ativo à empregabilidade e empreendedorismo jovem.

Por todos os considerandos anteriormente referidos e dada a importância desta proposta para o futuro dos nossos jovens, propõe-se a aprovação da mesma, por parte deste órgão executivo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Pacto, como **Doc. 1**.



## **5. Apoios financeiros**

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foram apresentadas as seguintes propostas de apoio financeiro:

– **Organização de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Samouco**

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de gestão regular de funcionamento das associações.

Por se considerar imprescindível amenizar a eventual perda de receitas desta Associação pela impossibilidade de executar atividades, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro ao abrigo do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo, para garantir o regular funcionamento da Organização de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia do Samouco, apoiando as operações de tesouraria, como o pagamento de luz, água e rendas.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), à Organização de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia do Samouco.»

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– **Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete**

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de gestão regular de funcionamento das associações.

Por se considerar imprescindível amenizar a eventual perda de receitas desta Associação pela impossibilidade de executar atividades, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro ao abrigo do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo, para garantir o regular funcionamento da Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete, apoiando as operações de tesouraria, como o pagamento de luz, água e rendas.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €800,00 (oitocentos euros), à Comissão de Reformados da Freguesia de Alcochete.»

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– **Associação Desportiva Samouquense**

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de gestão regular de funcionamento das associações.

Por se considerar imprescindível amenizar a eventual perda de receitas desta Associação pela impossibilidade de executar atividades, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro ao abrigo do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo, para garantir o regular funcionamento da Associação Desportiva Samouquense, apoiando as operações de tesouraria, como o pagamento de luz, água e rendas.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta euros), à Associação Desportiva Samouquense.»

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

#### – **Futebol Clube de S. Francisco**

«O Futebol Clube São Francisco fundado a 19 de março de 1977, tem já na sua história vários factos relevantes na modalidade de futebol de salão: campeão de Portugal de Futebol de Salão Seniores Masculinos, época de 1994/1995; vice-campeão nacional de Futebol de Salão e campeão da Supertaça de Portugal de Futebol de Salão Seniores Masculinos época de 1994/1995.

De acordo com a alínea f) do ponto 2. do art.º 7º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio nos encargos com inscrições e seguros de praticantes e atletas federados.

Depois de verificadas as despesas com a inscrição de atletas federados na época 2020/2021, no valor de € 689,40 (seiscentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos), propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de 100% do valor despendido pela associação.

Tendo em conta os considerandos anteriores, propõe-se a atribuição de € 689,40 (seiscentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos), ao Futebol Clube São Francisco.»

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– **Associação “Angelsweels” Clube de Patinagem de Alcochete**

«Associação “AngelsWheels” Clube de Patinagem de Alcochete, foi fundada a 24 de janeiro de 2020.

A Associação tem como fim promover a prática de patinagem, tanto na vertente competitiva, em particular na disciplina de patinagem artística e as suas respetivas categorias e escalões, como na vertente educacional de espetáculos e lúdica.

De acordo com a alínea f) do ponto 2. do art.º 7º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio nos encargos com inscrições e seguros de praticantes e atletas federados.

Depois de verificadas as despesas com a inscrição de atletas federados na época 2020/2021, no valor de € 874,52 (oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de 100% do valor despendido pela associação.

Tendo em conta os considerandos anteriores, propõe-se a atribuição de € 874,52 (oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), à Associação “AngelsWheels” Clube de Patinagem de Alcochete.»

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– **Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898**

«A Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, conta já com 123 anos de história, sendo a associação mais antiga do concelho de Alcochete.

A banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 surgiu no âmbito da restauração da autonomia do Concelho de Alcochete, recordar e celebrar o 15 de janeiro de 1898 é manter viva a identidade e história recente de Alcochete, é invocar e transmitir às gerações mais novas a perseverança e não conformismo de alcochetanos que lutaram pela autonomia do município.

De acordo com a alínea e) do ponto 2. do art.º 7º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio a atividades de valorização e salvaguarda do património local.

As obras de reparação dos painéis de acústica do Salão Joaquim Janeiro, situado na sede desta associação estão orçamentadas, em € 9.694,66 (nove mil seiscentos e noventa e quatro euros e sessenta e seis cêntimos), propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de cerca de 60% do valor do orçamento.

Tendo em conta os considerandos anteriores, propõe-se a atribuição de € 6.000,00 (seis mil euros) à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.»

A Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

## **6. Informações**

Não se registaram informações.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE**

Registou-se a intervenção da senhora Maria Manuela Boieiro, na qualidade de provedora da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, face o assunto exposto e em debate no Período de Antes da Ordem do Dia da presente reunião.

Conforme a própria assumiu, era expetativa da instituição a garantia de apoio financeiro por parte da Câmara, conforme tinha sido acordado verbalmente com o senhor presidente, ainda no ano de 2021. Visto que tal situação não foi cumprida, confirmou que o email enviado recentemente por parte da Santa Casa expõe a sua preocupação.

Neste sentido, a senhora Maria Manuela Boieiro apresentou uma clarificação. Segundo afirmou, desde a reunião tida anteriormente com o senhor presidente, nunca foi definido um valor por parte da instituição, mas apenas um pedido de apoio financeiro com um valor possível para a autarquia, face a urgência da situação.

Posteriormente, em conversas informais com o vice-provedor e na sequência do que tinha sido publicamente anunciado, ficaram estipulados 100 mil euros para o ano de 2021 e 50 mil para o ano de 2022, pelo que a Santa Casa tinha elevada expetativa numa concretização no presente mandato.

Face a esta impossibilidade de compromisso, a senhora provedora assumiu que foi gerada uma declarada insatisfação no seio da instituição, em especial comparando o assunto com outros apoios atribuídos a outras entidades (situação com a qual concorda, como grande defensora do Movimento Associativo, conforme salientou). No entanto, lamentou a impossibilidade de apoio à Santa Casa, revelando esperança num futuro diferente.

No que diz respeito à obra da Capela Nossa Senhora da Vida, em parceria com a Fundação Rainha Leonor, afirmou que a mesma não teve qualquer apoio da câmara, salientando que não houve apoio para a iluminação pública, segundo resposta anteriormente dada pelo senhor vereador Vasco Pinto.

A senhora provedora terminou a intervenção, afirmando que a instituição merece outra atenção, assim como o respeito e a consideração por parte de todos, na medida em que não recusa ajuda a ninguém, tendo sempre em vista o objetivo fundamental de fazer cumprir a sua missão. Neste aspeto, reforçou um sentimento de confiança no futuro, com uma perspetiva mais consciente.

O senhor presidente esclareceu a senhora provedora, face o exposto, e reforçou a questão da diferença de 3 milhões de euros no saldo de gerência, os quais não foram gastos. Recordou, em simultâneo, a sua intervenção no início da reunião, com a informação referente ao orçamento disponível, salientando que, infelizmente, ficaram outras instituições e outros projetos para trás.

O senhor presidente reforçou, por fim, que o executivo doou 5 mil euros, para efeitos de apoio à tesouraria, assim como equipamento de proteção individual na ordem dos 3 mil euros, à Santa Casa da Misericórdia, mas, infelizmente, os imprevistos acontecem e não foi possível fazer mais.

Informou, adicionalmente, que em relação à capela, o gasto com as luzes ronda os 6 mil euros, valor impossível para a autarquia.

Ainda no que diz respeito ao email rececionado, informou que a reparação da canalização se situa na ordem de 150 mil euros. O senhor presidente assegurou, por fim, que o apoio será prestado, após proposta em assembleia, assim que for possível, podendo constar no orçamento de 2022, logo a partir de janeiro.

## **ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:45 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.